



## Turismo nas regiões costeiras: PE aposta na diversificação e na qualidade

O Parlamento Europeu aprovou hoje o relatório da eurodeputada portuguesa **Jamila Madeira** sobre os aspectos de desenvolvimento regional do impacto do turismo nas regiões costeiras. O relatório frisa a importância de "transformar os sectores tradicionais de carácter sazonal em actividades desenvolvidas ao longo de todo o ano", mediante formas alternativas de turismo, por exemplo, turismo de negócios, cultural, médico, desportivo, agrícola e actividades de lazer no mar.

"A diversificação do turismo costeiro, deixando de estar dependente do conceito "mar, sol, areia", tornando-o mais eclético em termos de oferta, é hoje um desafio crucial que urge incentivar, desenvolvendo-se assim novos segmentos da economia regional costeira", salienta **Jamila MADEIRA** (PSE), cujo relatório foi aprovado em plenário por 547 votos a favor, 54 contra e 18 abstenções.

A relatora da Comissão do Desenvolvimento Regional do PE incentiva os Estados-Membros costeiros a conceberem estratégias específicas e planos integrados a nível nacional e regional, que atenuem o carácter sazonal do turismo nas regiões costeiras e garantam às comunidades locais um emprego mais estável e uma melhor qualidade de vida.

Segundo o relatório, "a diversificação dos produtos e serviços contribuirá para criar mais crescimento e mais postos de trabalho e reduzir os efeitos ambientais, económicos e sociais".

Os eurodeputados exortam a uma "abordagem integrada do turismo costeiro" no contexto das políticas de coesão, marítima, das pescas, ambiental, transportes, energia, social e de saúde da UE, recomendando também a "valorização dos benefícios recreativos do turismo marinho e costeiro que contribuam para uma fauna e flora saudáveis" (fomentando o eco-turismo, o turismo piscícola, a observação das baleias, etc.).

O PE insiste em que as regiões costeiras concebam "planos de prevenção dos riscos em matéria de alterações climáticas", tendo em conta que estas regiões são particularmente afectadas quer pelas alterações climáticas e por algumas das suas consequências, como a subida do nível das águas do mar e a erosão das areias, quer pelo número e força crescentes das tempestades.

### Uma prioridade dos Fundos Estruturais

A eurodeputada algarvia incentiva a Comissão e os Estados-Membros a "incluir o turismo costeiro na lista de prioridades das orientações estratégicas para o próximo período de programação dos Fundos Estruturais" e a definirem uma "estratégia inova-

# Comunicado de imprensa

dora capaz de integrar a oferta do turismo costeiro".

O relatório propõe a criação de um "guia prático sobre os financiamentos da UE em matéria de turismo costeiro", a fim de orientar as partes interessadas durante a fase de procura de financiamento, e recomenda aos Estados-Membros costeiros que "asseguem a elevada visibilidade dos projectos seleccionados e simplifiquem os procedimentos de acesso a financiamento", a fim de atrair financiamento privado para o turismo costeiro e de facilitar a criação de parcerias entre autoridades públicas e actores privados, particularmente PME.

Os eurodeputados convidam ainda a Comissão a avaliar regularmente "até que ponto o financiamento comunitário efectuado nas zonas costeiras afecta actualmente o desenvolvimento regional" destas zonas, a fim de difundir as melhores práticas e de apoiar redes de parceria entre os diferentes actores através de um "Observatório para o Turismo Litoral Sustentável".

## **Aposta na qualidade**

O relatório assinala que a pressão exercida sobre as zonas costeiras em virtude de excessivas intervenções no domínio das infra-estruturas físicas é prejudicial ao desenvolvimento e atractividade do turismo costeiro, sendo que esses aspectos poderiam ser promovidos através de serviços de turismo de elevada qualidade, essenciais à competitividade do litoral e à promoção de emprego de qualidade.

O PE convida as regiões costeiras a encorajarem "investimentos alternativos", nomeadamente os investimentos assentes nas tecnologias da informação e da comunicação (TIC), os novos potenciais de produtos tradicionais locais e formação de elevada qualidade para os trabalhadores do sector do turismo. Reivindica, neste contexto, a criação de programas de formação destinados a estabelecer um "núcleo de trabalhadores especializados, capazes de lidar com a complexidade e a variedade crescentes do sector do turismo".

"A elevada qualidade constitui a principal vantagem comparativa do produto turístico europeu", sublinham os eurodeputados, pedindo aos Estados-Membros e às autoridades regionais e locais que valorizem e reforcem a qualidade dos serviços turísticos em termos de segurança, amplas e modernas infra-estruturas, a responsabilidade social das empresas envolvidas e as actividades económicas compatíveis com o ambiente.

**Intervenção de *Jamila Madeira, relatora*:** "É com particular satisfação que me apresento perante vós para expor o trabalho que foi feito em conjunto com todos neste relatório de iniciativa. Para mim e para todos os que colaboraram no desenrolar deste processo, podemos dizer que fizemos o nosso trabalho. A todos, em particular aos colegas relatores-sombra dos diferentes grupos políticos, que muito se esforçaram para alcançar compromissos com futuro, ao staff do Desenvolvimento Regional, sempre disponível, nomeadamente ao Miguel Tell Cremades e à Elisa Daffarra, ao staff do PSE, à Lila e ao Petrus, à Comissão Europeia que, fazendo-se sempre representar pelas diversas Direcções-Gerais que um relatório tão abrangente engloba, acompanhou permanentemente e de perto os trabalhos e muito se empenhou para que chegassem a bom porto. Ao meu gabinete, e muito em particular à Joana Benzinho, a todos, o meu muito sincero obrigado, em nome de um desenvolvimento mais harmonioso e estruturado para as regiões costeiras e para o turismo na União Europeia.

Os 27 Estados-Membros da União Europeia somam entre si mais de 89 mil quilómetros de zona costeira. Esta apresenta uma variedade de características muito particulares que, de acordo com a sua localização, se demarcam quer pelo cosmopolitismo, se falarmos de cidades como Lisboa, Copenhaga ou Estocolmo, quer pelas dificuldades de serem regiões periféricas ou ultraperiféricas, com problemas de ligações às grandes urbes ou com acelerados contextos de desertificação, como o Algarve, a Ligúria, as Ilhas Canárias ou a Madeira. De uma maneira ou de outra, todos se identificam com a noção de costa e zona costeira e vivem diariamente as vantagens e desvantagens que a estas estão associadas.

De acordo com os dados disponíveis, até 2010, cerca de 75% da humanidade viverá nas zonas costeiras. De acordo com os circuitos e relações entre si, definimos estas zonas como os 50 quilómetros em linha

# Comunicado de imprensa

recta que vão da linha de costa para as zonas do interior. Sim, regiões e não faixas marítimas, desanexas de uma visão integrada de que estas matérias tanto carecem e que os nossos antepassados também subscreveriam. Aqui se concentrará toda esta população em busca de oportunidades e de sinergias económicas e, em muitos casos, tendo apenas como expectativa que estas girem em torno do turismo. Assim, a evidente necessidade de uma visão pragmática e integrada do impacto do turismo nas zonas costeiras tomou conta das nossas mentes e levou-nos a pôr mãos à obra.

No actual contexto de crise financeira em que o impacto sobre a economia real se torna cada vez mais inultrapassável, o turismo aparece como um sector com uma enorme potencialidade de ser directa ou indirectamente afectado de maneira brutal. As regiões que para o seu desenvolvimento têm uma dependência esmagadora ou total deste vêem a sua actividade ameaçada e olham para o futuro com desconfiança, sobretudo porque o turismo não é presentemente uma competência da União Europeia. No entanto, medidas articuladas podem e devem ser tomadas e o espírito em que ficou imbuído o Tratado de Lisboa reflecte essa mesma tendência. No entanto, esperar até ao momento da entrada em vigor do Tratado para começar a agir é esperar pela fase em que choraremos sobre o leite derramado.

A actividade turística presente e a frágil realidade das regiões que desta dependem exigem de nós acção urgente e eficaz. O facto de estas serem zonas estruturalmente dependentes do turismo como promotor de emprego, apesar de muitas vezes ser emprego sazonal, e de uma actividade de mão-de-obra intensiva, não pode ser escamoteado num contexto de pressão sobre as zonas urbanas e sobre o desemprego. Por isso mesmo, este relatório que aqui e agora vos trazemos, que era já da maior oportunidade e urgência quando a Comissão do Desenvolvimento Regional desta casa decidiu promovê-lo, deve ser desde já visto como uma prioridade para a Comissão Europeia e para o Conselho Europeu. Prioridade, sim, às inúmeras iniciativas que este incorpora, bem como àquelas relativamente às quais assume o seu apoio expresso e que foram já veiculadas por outras instituições, a par das medidas assumidas no plano de emergência da Comissão, das quais saliento a revisão do Fundo de Ajustamento à Globalização, no qual as questões associadas a este sector e ao choque a que este está sujeito neste momento devem ser obviamente abarcadas.

É crucial garantir o desenvolvimento de novos segmentos da economia destas zonas costeiras, garantindo a sua sustentabilidade social e ambiental e promovendo a real integração das diferentes políticas sectoriais, como o sector marítimo, os transportes, a energia, os instrumentos de coesão já no terreno, a nova política de produtos de qualidade que a revisão da PAC incorpora com o anúncio do relatório sobre o health check e os novos produtos turísticos nestas zonas costeiras, tendo em conta o seu crucial contributo para a economia europeia. A implementação de uma visão adequada e holística para esta política deve ser uma realidade a breve trecho na União Europeia.

Só com uma clara articulação destes instrumentos e uma acção rápida e eficaz envolvendo todos os parceiros intervenientes já no terreno, poderemos garantir que teremos na União Europeia um sector de turismo costeiro sustentável e com futuro".

## Contacto :

### **Isabel NADKARNI**

Serviço de Imprensa - Sector Português

E-mail: [imprensa-PT@europarl.europa.eu](mailto:imprensa-PT@europarl.europa.eu)

BXL: (32-2) 28 32198

STR: (33-3) 881 76758

PORT: (+32) 498 98 33 36